



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Bruna Ryliane da Silva Saldanha Simplicio¹.
Eunice Ferreira Carvalho²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a experiência da disciplina que defendeu a contra-hegemonia das avaliações, e nesta perspectiva este artigo estrutura-se metodologicamente a partir dos principais pontos de discussão feitos por meio da revisão bibliográfica do material disponibilizado para aulas, assim como das discussões que contribuem sobre esta abordagem no campo da educação; além de uma avaliação descritiva do apogeu das aulas que contribuíram para a reflexão e questionamento da avaliação tradicional a partir do pensamento contra-hegemônico.

Palavras-chave: Avaliação; Contra-hegemonia; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento da importância das políticas estimuladas pelo Estado brasileiro, nas últimas duas décadas, a avaliação das políticas públicas passou a ser problematizada quanto à sua forma, usos e intencionalidades políticas. Isso tem provocado um debate importante entre concepções e metodologias de avaliação gerenciais, de cunho técnico-formais em detrimento das avaliações contextualizadas, de caráter participativo, com o envolvimento de diferentes atores da sociedade civil, numa perspectiva democrática e contra-hegemônica.

No campo da educação, a avaliação segue uma lógica autoritária os educandos assumem uma postura passiva frente a conhecimentos prontos, que lhes são transferidos. É uma educação domesticadora que castra o processo de criação de conhecimentos que possibilite uma crítica da realidade no intuito de transformá-la.

1 Bacharel em Serviço Social e em Gestão de Políticas Públicas (UFRN); especialista em educação, pobreza e desigualdade social (UFRN); mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). E-mail: bruna.simplicio.094@ufrn.edu.br.

2 Bacharel em Ciências Econômicas (UFCG); Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG); Doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). E-mail: elocarvalho12@gmail.com



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



O modelo de avaliação precisa caminhar na contramão da lógica do controle buscando uma educação democrática e emancipatória de forma a fortalecer a análise crítica e avançar em direção a uma educação democrática e emancipatória.

Nesta perspectiva, a disciplina Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas, ofertada pelos programas de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP), o Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, no formato remoto entre a 2ª quinzena de maio de 2021 e a 1ª quinzena de setembro de 2021, coordenado pelos professores doutores Alcides Fernando Gussi e Breynner Ricardo de Oliveira, contou com a participação de 42 alunos, os quais eram vinculados a diversos cursos e programas de pós-graduação de distintos estados brasileiros.

Essa nova experiência de ensino, oportunizada pelo formato remoto, permitiu o espraiamento da discussão sobre avaliação distante de uma “visão cartesiana, positivista e hegemônica [...] que compreendem avaliação como uma atividade sistemática, pragmática, asséptica, e exclusivamente técnica” (BOULLOSA *et al*, 2021, p.3) a partir de três eixos temáticos: territorialidades latino americanas; sociedade; ação e gestão pública. Subdividida em seis sessões temáticas: O campo da avaliação: entre hegemonias e contra hegemonias; avaliação, democracia e direitos humanos na América Latina; descolonialidade: o pensamento latino-americano no campo da avaliação; participação social na avaliação; interseccionalidade e avaliação de políticas públicas; avaliação e gestão social; implementação e avaliação de políticas públicas; avaliação de políticas públicas sobre a perspectiva da gestão progressista.

A proposta de sair de uma lógica colonial das avaliações para abordagens centradas no respeito às variadas posições e diversidades dos sujeitos avaliados, germinou o objetivo de avaliar a experiência da disciplina que defendeu a contra-hegemonia das avaliações, e nesta perspectiva este artigo estrutura-se metodologicamente a partir dos principais pontos de discussão feitos por meio da revisão bibliográfica e das discussões em sala de aula, as quais contribuíram para a reflexão e questionamento da avaliação tradicional a partir do pensamento contra-hegemônico. Destaca-se que nenhuma fala dos alunos será transcrita, mas sim transformada em tópico de discussão, enquanto resultante da somatória de pensamentos feita por um coletivo.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



Os critérios de avaliação, não estão descritos em manuais, pelo contrário, fundamentam-se a partir da intersubjetividade de duas alunas de pós-graduação – a mestranda originária da rede pública de ensino, filha de trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental e a doutoranda única da sua família a conquistar o nível superior de ensino, através de escolas públicas – que participaram do curso oferecido e decidiram registrar a experiência enquanto um exercício de concretude das discussões realizadas. Parafraseando o professor Dr. Breyner Oliveira em sala de aula (2021) trata-se de “vocalizar os participantes”. Diante disto, resta-nos posicionarmos enquanto pesquisadoras que acreditam em avaliação mais humanas e menos tecnicistas, cujo centro seja gerar resultados que amparem decisões (BOULLOSA *et al*, 2021) e sendo bem pretensiosas, esperamos que desta experiência que foi registrada pelo interesse das próprias participantes, sejam estimuladas discussões nos espaços de aprendizados sobre novas formas de pensar e fazer avaliação.

1 O MODELO HEGEMÔNICO x CONTRA-HEGEMÔNICO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De maneira simplória, o termo avaliar significa ‘atribuir um valor’. Porém, no campo das políticas públicas não existe ainda um consenso quanto ao que seja avaliação, admitindo-se múltiplas abordagens em diversas áreas do conhecimento, justamente porque a área de políticas públicas é transdisciplinar e perpassa por uma variedade de disciplinas, instituições e executores. (ALA-HARJA E HELGASON, 2000; GARCIA, 2001; BOULLOSA *et.al*, 2021). De modo geral, a literatura sobre o campo da avaliação tem afirmado que,

A avaliação é um processo que avalia criticamente, testa e mede o desenho, a implementação e os resultados do projeto ou programa, à luz dos seus objetivos iniciais ou dos objetivos que orientaram a formulação da ação. Pode ser conduzida qualitativamente e quantitativamente, para determinar a diferença entre o resultado real e o desejado; para se compreender os efeitos de operacionalização e para aferir seus impactos ou efeitos(...) a avaliação é uma valoração, é uma escolha de estratégia(s) metodológica(s) para que uma ou mais questões sejam respondidas (OLIVEIRA, 2019, p. 53).

Vale dizer também que a avaliação de políticas públicas constitui uma subárea do conhecimento da ciência política e é considerado a partir de uma perspectiva multidisciplinar na medida que agrega aportes teórico-metodológicos de distintas disciplinas e áreas do



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



conhecimento (CAVALCANTI, 2007; GUSSI, 2019). O estudo das políticas públicas e das regras que ditam seu desenvolvimento, implementação e avaliação aparecem como um campo da ciência política que busca respostas para resolver questões econômicas e sociais. É uma linha de pesquisa originária nos Estados Unidos como uma disciplina acadêmica e que se concentravam mais na análise do Estado e de suas instituições do que nas ações dos governos (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2021).

A avaliação de políticas públicas tem um papel muito importante nas reformas do setor público e, historicamente, os seus estudos se desenvolveram a partir do anos sessenta, com ênfase sobre a função de informação e foco na melhoria dos programas, como mecanismo de feedback. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, segundo Faria (2005), a avaliação de políticas públicas foi posta a serviço da reforma do Estado, tornando a medição e a avaliação do desempenho governamental e das políticas públicas parte integral da agenda de reformas nesse período. Só a partir dos anos 1990 então que, na América Latina, ocorre um questionamento crescente sobre o tamanho e a eficiência do setor público, surgindo assim novas iniciativas para desenhar e pôr em marcha processos de avaliação. (TREVISAN, 2008).

Historicamente, foi se emoldurando um modelo de avaliação de políticas públicas, baseados em critérios pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividade administrativa, pautados em critérios propostos pela agenda neoliberal e imposto às demandas do Banco Mundial. Um modelo que surge em um cenário, como descreveu Gussi (2017), da Reforma de Estado dos anos 1990 e que têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores.

Trata-se, antes, de imputar um modelo de avaliação de cunho técnico-formal, entendido como um modelo único e universal de avaliação, que traz em si uma proposição epistemológica funcional e positivista, desconsiderando os sujeitos sociais, envolvidos nas políticas, bem como os contextos sócio-políticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas realizam-se, e as contradições neles inerentes (GUSSI, 2017, p.4)

Nesse sentido, Gussi & Oliveira (2016) destacam ainda que o Estado, nesse contexto, não é o único articulador dos interesses e das demandas dos atores públicos pois suas ações objetivas deixam de ser exclusividade do setor público e incorporam as do terceiro setor e do



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



setor privado. O Estado apenas assume um papel estratégico de articulador e direcionador, compartilhando a sua autoridade e delegando competências para um conjunto de instituições, numa forma de avaliar associada a um campo político de afirmação de um Estado regulatório.

Esse modelo positivista, hegemônico de avaliação no entanto, passa a ser questionado quando se coloca em cheque a necessidade da participação da sociedade civil e questões como: para quem avaliar? como avaliar? E para contemplar essas repostas, um novo sentido para ‘avaliar’ é evidenciado.

Uma análise feita por Rodrigues (2008) e referendado por Gussi (2017), mostra que a avaliação constitui um processo multidimensional e interdisciplinar, que se pretende contemplar várias dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas, territoriais) envolvidas nas políticas públicas e realiza interfaces analíticas e metodológicas advindas de distintos campos disciplinares, sobretudo o das ciências sociais aplicadas.

É portanto um modelo que representa uma ruptura com a visão liberal descrita anteriormente ao assumir que a avaliação de políticas públicas deve incorporar os distintos atores sociais e institucionais, nas suas mais diversas agendas e interesses. Privilegia a abordagem interpretativa, pelo fato de tratar de diferentes contextos e universos, uma avaliação ampla e abrangente, que visa analisar políticas públicas dentro do padrão que considera suas contradições e relações com distintos sujeitos sociais e culturas.

Isso se refere a uma avaliação de políticas públicas sob a abordagem antropológica, tratada por Gussi e Oliveira (2016), onde incorpora, em seu escopo epistemológico, a diversidade de atores sociais e institucionais e contextos em que são implementadas as políticas. Significa portanto, revelar o potencial democrático de “modo que essa se constitua em uma forma efetiva de controle social e de afirmação da cidadania e equidade” (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 98).

Revela-se aqui uma metodologia participativa de avaliação vinculada a um sentido democrático de exercício de cidadania exercendo o potencial para se abrir a interesses mais amplos dentro da gestão pública, com o reconhecimento dos diversos atores face aos objetivos da ação pública. É uma metodologias que envolve os vários pontos de vista dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



Laisner (2017), ressalta as várias tentativas do uso dessa ferramenta o que indica um enorme avanço no campo da avaliação, mas apesar de cada vez mais debatido e defendido, ainda não se faz como algo usual e recorrente no campo das Políticas Públicas. Ainda assim, seguem os esforços de elaboração e propagação dessas ferramentas bem como uma preocupação em sua elaboração e refinamento.

2 A CONTRA-HEGEMONIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

No Brasil, o sistema educacional está ancorado no pensamento de que a avaliação, sobre o controle do Estado, é capaz de fomentar a melhoria da qualidade da educação por meio de decisões pré-estabelecidas sobre o que deve ser aprendido pelos educandos. Em decorrência disso, são definidos a estrutura curricular, o processo de formação e regulação de professores e o sistema de avaliação, no âmbito das próprias escolas. Isso reflete, a ideologia do controle, embora muitas vezes não explicitada, como característica do Estado avaliador.

Romão (2019), explica que esse modelo é o mais tradicional entre nós e está nas origens da implantação da educação formal no Brasil, com os jesuítas, já que os padres da Companhia de Jesus, ao desembarcarem no Brasil, em 1548, já praticavam a avaliação competitiva em seus colégios. A meritocracia assim, era uma característica da rígida pedagogia inicianiana.

A história da avaliação educacional, em sua dimensão da avaliação do rendimento escolar, ou do aluno, tem sido marcada pela lógica do controle técnico. Nessa, o foco da avaliação é o que o aluno aprendeu, que se expressa pelo domínio de habilidades e conteúdos. A preocupação instrucional tem sido a mais frequente meta do trabalho em sala de aula. Associada à avaliação instrucional estão as avaliações do comportamento, expressas pela exigência de obediência às regras, e a avaliação de valores e atitudes dos alunos (SAUL, 2015, p. 1302)

A partir dessa análise percebe-se que a avaliação educacional está seguindo os propósitos de uma educação domesticadora”. Uma educação em que os educandos assumem uma atitude passiva frente a conhecimentos prontos, que lhes são transferidos, numa ação que foi denominada por Paulo Freire de “bancária”, sem a possibilidade da criação de conhecimentos que sirvam aos propósitos de uma crítica à realidade a fim de transformá-la.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 2015, p. 81).

Dessa forma, a educação domesticadora condiciona a organização curricular, a seleção do conhecimento, os materiais didáticos, os chamados métodos de ensino, o sistema disciplinar, enfim, a relação com as famílias, a formação de professores e os processos de avaliação formais e informais. No entanto, cabe-nos questionar sobre essa que qualidade, que se mensura pela distribuição de informações/conteúdos selecionados pelas instâncias superiores. Esse modelo resume em práticas punitivas, autoritárias e excludentes. E, um sistema de avaliação que acena para uma educação democrática, torna-se incoerentes com propostas meritocráticas.

A lógica freiriana é que “além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político” por isso, ela deve ser dialógica e que o diálogo deve começar já em busca do conteúdo programático. Nesse extrato de sua obra, é possível observar a íntima relação entre a sua proposta de educação libertadora e as indicações para uma avaliação a serviço de uma intencionalidade democrática. A referência que Paulo Freire faz à necessidade do diálogo na avaliação, ao estímulo ao “falar com”, está igualmente em consonância com um dos princípios centrais da educação (ROMÃO, 2017).

Precisamos então, fortalecer a análise crítica, a partir do olhar para o que está ocorrendo nos sistemas de ensino, de expor as incoerências e os equívocos e de buscar meios para avançar em direção a uma educação democrática e emancipatória, na contramão do controle no processo de avaliação, é agir numa perspectiva contra-hegemônica.

A educação libertadora, defendida por Paulo Freire, é aquela em que se estimula o aluno a participar ativamente do processo de aprendizado e principalmente a questionar a realidade. Na prática, o professor promove diálogo, debate e aproxima o mundo teórico da prática a partir de uma educação que estimula os alunos a questionarem o mundo e pensarem em soluções para os problemas que os cercam.

3 EXERCÍCIO DE UMA AVALIAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



A Disciplina temas contemporâneos em avaliação de políticas públicas, ofertada em parceria por dois programas de pós-graduação de duas Universidades Federais, sendo uma no Ceará representada pelo professor Alcides Gussi e a outra em Ouro Preto - MG, pelo professor Breyner Oliveira, é resultante do formato no ensino remoto, iniciado após a pandemia do Covid-19, que reconfigurou a forma de trabalho e permitiu o rompimento de fronteiras, ocasionando possibilidades de encontros que seriam inviáveis para alguns estudantes em seu formato presencial. Sabe-se dos inúmeros desafios que essa forma de ensino acarretou na educação, em especial, para a rede pública de ensino nas séries iniciais, como Oliveira *et al* (2021) considerou “[...] se para alguns, o ensino remoto é possível; para outros ele resulta no agravamento e na desigualdade social já existentes” (2021, p.103).

Nesta disciplina em especial, a discussão sobre novas formas de pensar a avaliação, alcançou 42 alunos, sendo 26 regularmente matriculados e 16 ouvintes. Destaca-se a presença dos variados programas de pós graduação e cursos de graduação de distintas universidades do Brasil, a saber: Programa de pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/UFC); Programa de pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN); Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC); Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG); curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto; Curso de Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. E os que não citaram programa ou curso de graduação, apenas a universidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A disciplina foi pensada em dez encontros e contou com a participação de vários convidados, inclusive externos ao Brasil, para experienciar a avaliação a partir dos avaliadores da América Latina. Pensou-se diálogos a partir do seguinte caminho: 1) Introdução: de que lugar partimos? Professores Alcides Gussi (UFC) e Breyner Oliveira (UFOP); 2) o campo da avaliação entre hegemonias e contra hegemonias - professor Alcides Gussi (UFC); 3) Avaliação, democracia e direitos humanos na América Latina - Professor Nerio Neirotti



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



(FLACSO³ - Argentina); 4) Decolonialidade: o pensamento latino-americano no campo da avaliação - Professora Martha Lanza (Relac⁴); 5) Interseccionalidade e avaliação de políticas públicas - Professora Regina Laisner (UNESP⁵/Campus de Franca); 6) Participação social na avaliação - Professor Juarez Furtado (UNIFESP); 7) Implementação e avaliação de políticas públicas - Professor Breyner Oliveira (UFOP); 8) Avaliação e gestão social - Professor: Edilson Tavares (UFBA⁶); 9) Avaliação de políticas públicas na perspectiva progressista - Paulo Jannuzzi (IBGE/CESGRANIO); 10) Fechamento: a que ponto(s) chegamos? Professores Alcides Gussi (UFC) e Breyner Oliveira (UFOP). Destaca-se que as aulas foram gravadas e disponibilizadas para os integrantes da disciplina, e esta foi uma das razões que estimularam essa produção, pois foi possível rever e sistematizar pontos debatidos.

Os encontros foram pensados a partir da seguinte questão, conforme Dr^o Gussi: “Será que é feito questionamentos nas formas de avaliação clássicas? Vejam, não é uma bandeira política, nem militância, mas um questionamento, mais que um questionamento, um tensionamento no campo da avaliação que resulta na organização da disciplina” (Gussi, 2021, 35min. aula introdutória)

Foi esclarecido que não se tratava de uma disciplina de método, mas buscava-se antecipar estes para poder avançar no campo de avaliação. O centro está nas pessoas. Um movimento de não ser avaliadores profissionais de gabinete, mas sim aqueles que zelam em ir para os territórios (no sentido do local em que as relações sociais acontecem) onde as políticas públicas se materializam.

Esse movimento de ir *in loco* permite o alcance de dados que os indicadores quantitativos não mensuram. Rodrigues (2008) denominou de avaliação em profundidade, pois busca conhecer a multidimensionalidade da vida social; a processualidade das políticas públicas e entender os contextos, sujeitos, culturas, relações de poder. Gussi (2021) destacou desde o início que não se trata de substituição de um tipo de avaliação por outro. Mas sim, de ratificar que os avaliadores devem transparecer suas posições e buscar resultados além de métricas, que

³ A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

⁴ Revista Latino-americana de Criminologia.

⁵ Universidade Estadual Paulista.

⁶ Universidade Federal da Bahia.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



retratam a realidade da política avaliada em seus pormenores. Sabendo que o juízo de valor criado objetiva dar suporte a decisões em torno daquela política, e quando se entende que existem várias formas de pensar o Estado, o cidadão, denota-se a falácia da neutralidade presentes nos manuais de avaliação (BOULLOSA, 2021).

Pensar uma avaliação contra-hegemônica, conforme Gussi e Oliveira (2021)⁷ em discussão em sala de aula, é ir de encontro ao posicionamento político do marco neoliberal, da lógica economicista, de estado mínimo, que só busca auferir a eficiência. O caminho para aquela é questionar esse modelo do norte global, estruturado pelo Banco Mundial, por exemplo, e pensar uma avaliação descolonizada, dentro de marcos emancipatórios.

Defendemos, portanto, que a avaliação consiste em um processo crítico, reflexivo, dinâmico e multifacetado, realizado por múltiplos atores, que podem ter interesses e ideologias distintas e que buscam analisar o desenho, a implementação ou os resultados de uma política pública, programa ou projeto. Avaliar é, portanto, um julgamento valorativo que tem alguns propósitos [...] que incidem em problematizar, dialogar, intervir, produzir conhecimento e promover aprendizagem sobre a política. Deve induzir dinâmicas sobre a ação pública, uma vez que fornece subsídios relevantes - evidências - sobre um conjunto de atores e de elementos que estão a eles vinculados. Assumimos, enfim, que a avaliação se estrutura a partir de concepções e repertórios epistemológicos, ontológicos e axiológicos que são o ponto de partida para o ato de avaliar (BOULLOSA *et al*, 2021, p.5)

É importante pensar nesse processo, segundo Gussi e Oliveira (2021) qual é o lugar da universidade pública no campo da avaliação? Arretche (2001) direciona em seu artigo para uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas, sobre os processos que compõem as arenas decisórias, segundo esta autora, a experiência dos formuladores e implementadores de uma política, os fazem tender a pensar estratégias mais passíveis de aceitação do que pela sua eficiência e/ou efetividade. Diante disto, ressalta-se a necessidade de dados qualitativos, que deem voz aos participantes da política pública, considerando criticamente as relações entre os atores envolvidos em todo o processo desta, bem como a conjuntura.

Uma das questões preliminares após abstrair sobre a contra-hegemonia da avaliação, é ter clareza sobre a diferença entre avaliar e analisar. Furtado e Gasparini (2019) contribuem

⁷ Gussi e Oliveira (2021) refere-se às falas realizadas em sala de aula no formato remoto no período da disciplina. Como estas não foram publicizadas, foi feita esta nota de rodapé para orientar o leitor.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



para esse debate, colocando que há consenso no entendimento que avaliar constitui-se como ato de julgar (valorar), desde que possuam critérios claros passíveis de serem replicados. Enquanto analisar, se refere a desagregar em dados menores os dados que estão sendo estudados para encontrar as estruturas e os elementos que os sustentam. De forma sintética, a avaliação tem uma estreita relação com a prática, enquanto a análise envolveria uma maior grau de abstração, pois requer mais profundidade. “A análise envolveria abordagens significativamente mais complexas de aspectos que constituem a política pública enquanto a avaliação se ocuparia dos resultados, usando categorias como efetividade e eficiência ou comparação entre metas e resultados” (FURTADO, GASPARINI, 2019, p. 2935).

Essas foram as palavras que Furtado e Gaspari (2019) trouxeram de outros autores que fizeram um estudo sobre análise de políticas públicas e advertiram sobre não confundir análise e avaliação, como o objetivo deste artigo é experienciar uma avaliação contra-hegemônica, vale trazer um questionamento feito na sala de aula por um dos convidados que rendeu um debate reflexivo: A lexicologia da avaliação (efetividade, eficiência e eficácia) garante o que vem a ser sucesso ou não em uma política pública?

Pensar essa questão remete ao entendimento também trabalhado em sala de aula, sobre a insuficiência de apenas separar os usuários de uma determinada política pública no momento da avaliação entre o sexo masculino e feminino, pois dentro de um grupo há peculiaridades que precisam ser consideradas, por exemplo, ao avaliar uma política de forma contra-hegemônica será pensado sobre as vivência da mulher, branca e hétero que difere da também mulher, mas negra e lésbica. Cruzamentos assim, denotam a necessidade de novos desenhos de avaliação, com novas competências e sensibilidades, que transcende os manuais e a concepção da avaliação como uma fase ocupada apenas com resultados métricos.

Em síntese, a experiência do ensino da avaliação numa perspectiva contra-hegemônica estimulou a necessidade de avaliações menos tecnicistas e mais humanas, com o foco nas pessoas, em suas subjetividades, nas suas experiências, em seus territórios, nas suas culturas, no seu cotidiano.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ARRETCHE, Marta. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

BOULLOSA, Rosana *et al.* **Por um antimanual de avaliação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Avaliação, 2021, 10(1), e 100521, Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202110005>. Acesso em 01 out. 2021.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional.** Tese de Doutorado em Educação. UNICAMP. Campinas, 2007.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas.** RBCS Vol. 20 n°. 59 outubro/2005. p. 97-169.

FURTADO, Juarez Pereira; GASPARINI, Max Felipe Vianna. **Há diferença entre avaliar e analisar?** Ciência & Saúde Coletiva, 24 (8): 2933-2938, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.25302017> Acesso em 22 jul 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 59. ed. (rev.e atual). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015..

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GUSSI, Alcides Fernando. **Avaliação de Políticas Públicas entre modelos hegemônicos e perspectivas epistemológicas emergentes.** VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS Públicas. UFM, 2017.

_____. **Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas.** REVISTA AVAL, julho/dezembro, Vol. 2 , Nº 16, . p. 168-183, 2019.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica.** Desenvolvimento em Debate. v.4, n.1, p.83-101, 2016.

LAISNER, Regina Claudia. **METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: tendências e possibilidades desde uma abordagem política.** VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS Públicas. UFM, 2017.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Burocracia de Rua e Políticas Públicas: analisando a implementação de políticas educacionais sob a perspectiva de escolas e professores.** Educação em Revista: Belo Horizonte. v.37, 2021.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



OLIVEIRA, Braynner Ricardo de. **A Avaliação como Arena Política: atores, agendas e interesses.** VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS Públicas. UFM, 2017.

OLIVEIRA, B. R. *et al.* **Implementação da Educação Remota em tempos de pandemia: análise da experiência do estado de Minas Gerais.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 84-106, jan./mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i1.13928>

_____. **Evaluar desde a América Latina e a contra hegemonia no campo da avaliação de políticas públicas.** REVISTAAVAL, janeiro/junho, vol. I, nº 15, 2019, p. 50-63.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008, p. 7-15.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Neoliberal e Avaliação Contra-Hegemônica.** Revista Teias v. 20 • n. 56 • Jan./Mar. p. 369-374, 2019.

SAUL, Ana Maria. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez., 2015.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. **Contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores: fundamentos e práticas de um paradigma contra-hegemônico.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 19-35, jul./set. 2016.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** RAP – Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008. ISSN 0034-7612